

Opinião Daniel Sapateiro Países mais pobres devem fomentar negócios dinâmicos **P36**

Ana Sofia Roque e Sara Castelo Branco Angola no caminho da transição energética **P38**

“Deve existir uma correlação entre Fintech e a economia real”

O Fintech Expert e orador do Angola Summit 2021, Matteo Rizzi, aborda os desafios e oportunidades da colaboração entre as Fintech e os demais intervenientes do sistema financeiro angolano **Pxx**

“A pandemia veio nos mostrar que a vida tem que haver equilíbrio”

A modelo e agora embaixadora do Turismo fala das realizações como modelo e dos projectos que tem em carteira para o crescimento do turismo em Angola **P17**



Mercado

23.07

WWW.MERCADO.CO.AO

FINANCE AND ECONOMY

Director Interino: **André Samuel**
Sexta-feira 23 de Julho de 2021

Ano **6** Número **288**
Periodicidade: **Semanal**
Preço: **700 Kz**

ENTREVISTA JOSÉ BARATA

“A banca deve MELHORAR o nível de serviço aos clientes” **P12**

DESTAQUE

Angola pode ter o seu próprio código de barras em Junho de 2022 **P04**

Banqueiros **falam sobre**

Os caminhos da digitalização da banca **P24**



José de Lima Massano,
Governador do BNA



Mário Nascimento,
Presidente da ABANC



Luís Lélis,
PCE do BAI



Luís Gonçalves,
PCE do BFA



Daniel Santos,
PCE do BMA

DEPÓSITO A PRAZO ANO NOVO

MULTIPLIQUE O SEU DINHEIRO AO SOM DA TAXA MAIS ALTA

- SUPER TAXA EM KZ ATÉ 18% TANB*
- TAXAS CRESCENTES E ATRATIVAS
- MONTANTE MÍNIMO DE SUBSCRIÇÃO: KZ 100 000,00

ATÉ 18%* a 365 dias em Kz. Oferta exclusiva para Novos Recursos.
*TANB (Taxa Anual Nominal Bruta)

Saiba mais em www.atlantico.co

18%



ATLANTICO

PUB

Homepage

Ana Roque e Sara C. Branco P36



Na verdade, as condições excepcionais de que Angola dispõe para a produção de energia hídrica (estimando-se que o potencial hidroelétrico de Angola seja de 18GW) e, em particular, para a geração de eletricidade através do calor e da luz solar (tendo sido identificados 17,3GW de potencial de geração de electricidade através de sistemas fotovoltaicos), sem esquecer o potencial eólico de algumas zonas do País.

Opinião

Angola no caminho da transição energética

Ana Sofia Roque e Sara Castelo Branco

Of Counsel da Fátima Freitas & Associados – membro da Miranda Alliance - Of Counsel da Miranda & Associados – membro da Miranda Alliance

Angola assumiu a transição energética como um dos principais vectores para o desenvolvimento do País. A aposta na produção de electricidade através de fontes de energia renovável revela-se uma opção segura para fazer face ao projectado aumento significativo das necessidades energéticas do País.

Na verdade, as condições excepcionais de que Angola dispõe para a produção de energia hídrica (estimando-se que o potencial hidroelétrico de Angola seja de 18GW) e, em particular, para a geração de electricidade através do calor e da luz solar (tendo sido identificados 17,3GW de potencial de geração de electricidade através de sistemas fotovoltaicos), sem esquecer o potencial eólico de algumas zonas do País, colocam Angola no centro das atenções dos investidores de todo o mundo para o desenvolvimento de projectos de produção de electricidade através de fontes de

E Angola não é menos rica em fontes de energia renováveis do que em recursos energéticos fósseis.

energia renovável.

Como bem é apontado pelas autoridades do sector, um País como Angola, cuja economia foi durante muitos anos alicerçada sobre o seu potencial de produção de energias fósseis, petróleo e gás, precisa de estar na primeira linha do desenvolvimento num momento em que a transição energética se impõe mundialmente como o caminho a seguir rumo à sustentabilidade do nosso planeta. E Angola não é menos rica em fontes de energia renováveis do que em recursos energéticos fósseis. Importa, pois, mapear o caminho a seguir.

Neste desiderato de transição energética, o investimento privado não pode ser esquecido: é fundamental. E Angola deu já passos importantíssimos para melhorar a atractividade do País para investimentos neste sector.

No essencial, é necessário assegurar que os projectos de investimento em centrais de produção de electricidade sejam “bancáveis”, em modelo de project finance que acomode, satisfatoriamente, os riscos do projecto de acordo com os standards internacionais. Aqui o esforço tem de ser recíproco: Angola terá de se aproximar das melhores práticas internacionais, sem que tal signifique descurar os seus princípios e interesses nacionais. Adequar as práticas internas, mas reconhecendo as práticas internacionais, adoptando-as e adaptando-as, sempre que o interesse nacional assim o imponha.

Temos de reconhecer que o tempo que demora a preparação de um projecto de investimento, com a realização de estudos de viabilidade, e a posterior negociação com todas as entidades envolvidas, pode ser considerado como um factor de desincentivo, mas tal enquadramento tem, clara e gradualmente, vindo a ser melhorado. A recente aprovação dos novos diplomas legislativos, com a densificação de minutas contratuais, bem como a disponibilização célere dos dados técnicos necessários para a estruturação dos projectos têm contribuído para um ambiente reconhecivelmente mais favorável para o investidor.

Também do lado dos procedimentos de licenciamento dos projectos, temos assistido a um esforço significativo de simplificação dos proce-

dimentos, tendo também sido aprovada nova legislação que, a par de uma revisão global de todos os procedimentos tendencialmente aplicáveis (incluindo os de natureza ambiental), procedeu a uma organização de coordenação procedimental com relevante simplificação, imprimindo, assim, maior rapidez na obtenção das licenças relevantes.

É, porém, fundamental que ocorram investimentos na modernização e desenvolvimento das redes de transporte e distribuição de electricidade, essenciais para a injeção da electricidade produzida em projectos conectados à rede (on grid). O risco da indisponibilidade da rede no momento da conclusão da construção de qualquer projecto, impedindo o comissionamento da central e a sua efectiva ligação e injeção de electricidade, não pode ser descurado.

Também importará considerar que alguns investidores encaram o risco de desvalorização monetária como dificilmente comportável em projectos que assentam, essencialmente, em bens importados. Aqui o equilíbrio dos interesses envolvidos nem sempre é fácil, mas diferentes configurações contratuais podem ser negociadas, tendo, também, nesta matéria sido dados passos importantes no sentido de mitigar o risco cambial.

Por último, importa não esquecer as tradicionais exigências de garantias de pagamentos que investidores não nacionais têm reclamado, muitas vezes através de garantias do Estado. Aqui, os ventos também são de mudança, sentindo-se cada vez mais um aumento da confiança no País e a construção de soluções criativas que confirmam a segurança necessária nestes projectos.

Angola poderá, pois, também nesta área, ser o motor e o farol de desenvolvimento na África Subsariana, mostrando, com o seu exemplo, a evolução de uma economia assente nas energias fósseis para uma economia focada nas energias renováveis, através de uma transição suave, sem pôr em causa o ritmo e a celeridade que é preciso imprimir neste processo de desenvolvimento de grande importância para o desenvolvimento do País. **M**

